

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AGROECOLOGIA: PRINCÍPIOS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

BARROS, Lânderson Antória¹; SALAMONI, Giancarla²; COSTA, Adão José Vital da³

¹ Acadêmico do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Pelotas – Bolsista PROBEC/UFPEL – landerson-barros@hotmail.com;

² Professora Associada II do Departamento de Geografia – ICH – UFPEL – gi.salamoni@yahoo.com.br

³ Professor Adjunto I do Departamento de Geografia – ICH – UFPEL – avitaldacosta@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca contribuir para a construção da agroecologia como paradigma científico, a partir de uma proposta de discussão sobre o conceito de sustentabilidade aplicado ao desenvolvimento rural e de que forma a educação ambiental se apresenta como uma estratégia para difusão e consolidação de uma nova perspectiva para as novas gerações, principalmente, no contexto escolar rural.

O presente trabalho busca contribuir para a construção da agroecologia como paradigma científico, a partir de uma proposta de discussão sobre o conceito de sustentabilidade aplicado ao desenvolvimento rural, e como a educação ambiental se apresenta como uma estratégia para difusão e consolidação de uma nova perspectiva de relação com o ambiente para as novas gerações, principalmente, no contexto escolar rural.

Atualmente, as discussões sobre os impactos humanos causados na natureza e sobre a sustentabilidade das atividades produtivas na agricultura estão confrontando-se com o atual modelo de desenvolvimento tecnológico, científico e da informação, dessa forma a degradação das riquezas naturais (solo, água, vegetação) é só uma questão de tempo. Diferentemente da ciência convencional, a agroecologia busca respeitar a diversidade ecológica e sociocultural presente nos agroecossistemas, constituindo-se a partir de um conhecimento holístico, pluralista e sistêmico, contribuindo diretamente na construção de estratégias de desenvolvimento rural sustentável e, ao mesmo tempo, valorizando o conhecimento das populações locais.

2 METODOLOGIA (MATERIAL E MÉTODOS)

A pesquisa foi baseada em uma revisão bibliográfica onde foram utilizados como aporte teórico, fontes secundárias como livros, teses, dissertações, periódicos científicos e monografias acerca do processo de modernização da agricultura, agroecologia, educação ambiental e a noção de sustentabilidade aplicada ao espaço rural. Esta fase inicial consiste em uma fundamentação teórico-conceitual do tema estudado, em uma segunda etapa será realizada uma pesquisa de campo junto às escolas localizadas no meio rural. Cabe ressaltar, que este trabalho é parte da monografia de conclusão do curso de Geografia/UFPEL, em andamento.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O espaço agrário brasileiro, a partir da segunda metade do século XX, sofreu inúmeras transformações através do processo de modernização da agricultura – Revolução Verde. Este modelo de produção estava alicerçado na disseminação de novas técnicas, baseadas no melhoramento genético e no uso intensivo de insumos. Os novos objetivos traçados para o espaço rural brasileiro interferiram diretamente nas relações sociais do agricultor, pois concomitantemente ao processo de modernização, ocorreu um aumento na dependência dos produtores em relação a fatores externos, entre outros inúmeros impactos tanto econômicos, sociais, culturais e ambientais.

As inúmeras transformações que buscavam propiciar um desenvolvimento econômico acabaram não solucionando os problemas estruturais que o país enfrentava naquele período, muito pelo contrário, estes foram somente agravados. Hespanhol (2007) afirma que o desenvolvimento ocorre somente quando o crescimento econômico se faz com respeito aos recursos naturais e quando ocorre a melhoria da qualidade de vida para a população. A partir dos argumentos utilizados, anteriormente, podemos perceber que este modelo de desenvolvimento do espaço agrário brasileiro não contempla os princípios do desenvolvimento rural sustentável.

Diante disso, podemos afirmar que os benefícios da Revolução Verde foram extremamente concentrados por poucos agricultores, ocasionando a exclusão do pequeno produtor de base familiar, que não conseguiu acompanhar o processo. Wanderley (2009) explica que o processo de modernização resultou na expulsão da grande maioria dos trabalhadores não proprietários de suas terras e na inviabilização das condições mínimas de reprodução de um campesinato em busca de estabilidade e condições de vida com qualidade nos espaços rurais.

No início da década de 80, do século passado, começaram a surgir as primeiras avaliações sobre os resultados da modernização da agricultura, segundo Salamoni e Gerardi (2001) era chegada a hora de avaliar as décadas do progresso técnico e, paradoxalmente, de fracasso dos projetos de desenvolvimento socioeconômico e, também, a deterioração ambiental dos espaços rurais. Neste período as discussões a cerca do termo desenvolvimento sustentável começam a ser ampliadas pelos pesquisadores de diversas áreas do conhecimento. Em paralelo, surge o debate a cerca da expressão “agricultura sustentável” que passa a ser empregada com grande frequência nos estudos sobre desenvolvimento rural. Este tema, que envolve a sustentabilidade agrícola, ganha projeção e, segundo Ehlers (1999), a partir das pressões da sociedade sobre as políticas governamentais do desenvolvimento, que geravam inúmeros problemas sociais e ambientais.

Diante dos aspectos observados, entende-se como sustentável, o sistema produtivo que não compromete o ecossistema no futuro, reduzindo assim os impactos gerados pela atividade. De acordo com Sachs (2003) ao planejarmos o desenvolvimento, devemos considerar cinco dimensões de sustentabilidade: sustentabilidade social, sustentabilidade econômica, sustentabilidade ecológica, sustentabilidade espacial e sustentabilidade cultural. Esse conceito propõe o equilíbrio entre a relação do homem e a natureza, realizando a integração de diversas áreas da ciência na busca de propostas para um desenvolvimento satisfatório, seja em relação aos resultados econômicos ou tendo em vista os impactos ecológicos, sociais e culturais.

Tais questões relacionadas à sustentabilidade rural acabam reforçando a necessidade da aplicação de práticas que visem à redução dos problemas

provocados durante o processo de modernização. Neste contexto surgem novas práticas agrícolas que rejeitam as práticas utilizadas na agricultura “convencional”, esses novos métodos passam a ser chamados de “alternativos”, entre estes surge a agroecologia, que possui como fundamental característica o emprego de princípios ecológicos na constituição de agroecossistemas sustentáveis.

A agroecologia destaca-se no contexto de uma agricultura sustentável, pois promove uma aproximação da natureza com a organização artificializada dos agroecossistemas, reduzindo assim os danos das práticas agrícolas ao ambiente e, ao mesmo tempo, aumenta a autonomia do produtor rural, tanto no reconhecimento dos saberes culturais como na diminuição da dependência em relação aos insumos externos. Para Gliessman,

a agroecologia proporciona o conhecimento e a metodologia necessários para desenvolver uma agricultura que é ambientalmente consistente, altamente produtiva e economicamente viável. Ela a porta para o desenvolvimento de novos paradigmas da agricultura, em parte porque corta pela raiz a distinção entre a produção de conhecimento e sua aplicação. Valoriza o conhecimento local e o empírico dos agricultores, a socialização desse conhecimento e sua aplicação ao objetivo comum da sustentabilidade. (GLIESSMAN, 2009, p. 56)

Utilizando o debate da interdisciplinaridade, a agroecologia usa os saberes locais e populares juntamente com o conhecimento científico, valorizando o trabalho dos produtores rurais e todo o conhecimento empírico no manejo dos agroecossistemas. Assim, a agroecologia e a educação ambiental estão fortemente relacionadas, pois a educação ambiental além de promover a conscientização sobre a importância do consumo de produtos saudáveis, também, questiona sobre a produção e as formas de preservação dos agroecossistemas envolvidos durante o processo de produção. Reigota afirma que,

o conhecimento proporcionado pela ciência e pelas culturas milenares sobre o meio ambiente deve ser democratizado. As pessoas devem ter acesso a ele. Assim, Educação Ambiental não deve transmitir só o conhecimento científico, mas todo tipo de conhecimento que permita uma melhor atuação frente aos problemas ambientais. (REIGOTA, 2004, p.32)

Nesse sentido, entende-se que a educação ambiental, somente, não resolverá todos os problemas que enfrentamos atualmente, no que tange as questões ambientais, porém esta pode influenciar diretamente na formação de cidadãos mais conscientes e, a partir desses poderão ocorrer mudanças não só no sistema de produção, mas também quanto inúmeras problemáticas como à questão do consumo de alimentos saudáveis. Partindo destes pressupostos, entendemos que a educação ambiental deve ser promovida e realizada em todos os espaços de atuação da sociedade, não só no meio acadêmico e da educação formal, como as escolas e as universidades.

4 CONCLUSÃO

Entendemos, por fim, que a agroecologia constitui-se em um paradigma científico emergente, que possui a capacidade de contrapor o padrão “convencional”, imposto pela Revolução Verde e, ao mesmo tempo, apresenta-se como uma prática agrícola diretamente relacionada às questões acerca do desenvolvimento rural

sustentável. Nesta perspectiva, a educação ambiental pode ser um importante instrumento de difusão e ação na consolidação da agroecologia, pois ambas estão alicerçadas nos princípios da sustentabilidade propostos por Sachs (1996), utilizando uma abordagem sistêmica e integrada sobre as questões sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais.

5 REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000.

AZEVEDO, Eliane de. **Alimentos orgânicos: Ampliando os conceitos de saúde humana, ambiental e social**. Florianópolis: Insular, 2003.

DAROLT, M. **Agricultura Orgânica: inventando o futuro**. Londrina: IAPAR, 2002.

EHLERS, Eduardo. **Agricultura Sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. Guaíba: Agropecuária, 1999.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia, processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2001.

GUTERRES, Ivani. **Agroecologia Militante: contribuições de Enio Guterres**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. O desenvolvimento do campo no Brasil. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MARQUES, Marta Inez Medeiros; SUZUKI, Julio Cesar (Orgs). **Geografia Agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.p. 271-287.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: IBAMA, 1996. (Série Meio Ambiente em Debate).

SALAMONI, Giancarla e GERARDI, Lucia H.O. Princípios sobre o ecodesenvolvimento e suas relações com a agricultura familiar. In: GERARDI, L.H.O. e MENDES, I. A . M. (Orgs.) **Teoria, Técnicas, Espaços e Atividades: temas da Geografia contemporânea**. Rio Claro: AGETEO, 2001.

SANTOS, Milton. **A Natureza do espaço: Técnica, e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

STÉDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária na década de 90**. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2004.

WANDERLEY, Maria N. B. O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro. **Revista Agriculturas: experiências em Agroecologia**. Rio de Janeiro. AS-PTA, 2009. (p. 33-45).